

**Ata da 72ª Reunião Ordinária da  
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC  
realizada em 22/02/2013, 6ª feira, no Ministério da Ciência, Tecnologia  
e Inovação, Sala dos Conselhos, 2º Andar**

**Membros Participantes:**

1. André Odenbreit Carvalho – **Representante Suplente do Ministério das Relações Exteriores**
2. Adriano Santhiago de Oliveira – **Representante Suplente do Ministério do Meio Ambiente**
3. Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo – **Representante Titular do Ministério dos Transportes**
4. Beatriz Soares – **Representante Titular do Ministério da Fazenda**
5. João Luiz Tedeschi – **Representante Suplente do Ministério da Fazenda**
6. Demétrio Toledo – **Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**
7. Sérgio Luiz Siebra Moreira – **Representante Suplente do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**
8. Mauro Lambert Ribeiro - **Representante Titular do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**
9. João Alencar Oliveira Júnior – **Representante Suplente do Ministério das Cidades**

**Outros Participantes:**

1. **Mercedes Bustamante** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
2. **Gustavo Luedemann** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
3. **Andréa N. de Araújo** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
4. **Hugo César Alves da Silva** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
5. **Jerônima Damasceno** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
6. **Josana de O. Lima Esser** – Ministério do Meio Ambiente
7. **Karen Cope** – Ministério do Meio Ambiente
8. **Luís Fernando Badanhan** – Ministério de Minas e Energia
9. **Mario Henrique R. Mendes** – Ministério do Meio Ambiente
10. **Ricardo Morão Alves da Costa** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
11. **Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
12. **Valdir Borges Souza** – Ministério de Minas e Energia
13. **Vitor Ferraz Santos** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Abertura da Reunião:**

A Profª. Mercedes Bustamante, Diretora do Departamento de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, iniciou a 72ª reunião da CIMGC às 14h10min, dando boas vindas aos participantes e agradecendo a todos o

apoio dado durante o processo de aprovação de atividades de projetos no ano de 2012 e desejando que 2013 seja um ano com um ritmo mais adequado para o funcionamento da CIMGC.

### **1. Apresentação do novo Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima.**

Na sequência, a Prof<sup>a</sup>. Mercedes Bustamante apresentou o novo Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima, Sr. Gustavo Luedemann informando que ele iria coordenar as reuniões da CIMGC a partir daquele momento. Esclareceu ainda que o Sr. Gustavo Luedemann foi cedido pelo IPEA e que o coordenador anterior assumiu outros compromissos na SEPED. Em seguida agradeceu a todos e informou que deveria se ausentar para atender a outro compromisso, passando a condução da reunião ao Sr. Gustavo.

### **2. Aprovação da Ata da 14ª Reunião Extraordinária da CIMGC.**

O Sr. Gustavo Luedemann agradeceu à Prof<sup>a</sup> Mercedes a sua apresentação e procedeu a continuidade dos itens da pauta da reunião. Após a concessão de alguns minutos para leitura da minuta apresentada, o Sr. André Odenbreit, representante suplente do Ministério das Relações Exteriores, sugeriu a correção do nome da atividade de projeto 424/2012 – Corredor do Senandes. Logo após, o Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, representante suplente do Ministério do Meio Ambiente, consultou os membros sobre a possibilidade de antecipação do item 9 da pauta, “Informe sobre proposta de doação de RCEs para compensação de emissões durante a Copa” por se tratar de tema a ser apresentado por parte do MMA, pela Diretora do Departamento de Adaptação e Articulação, Karen Cope, que teria outros compromissos em seguida. Não havendo objeção, o Sr. Gustavo Luedemann procedeu a antecipação do item 9 da agenda que passou a ser item 3.

### **3. Informe sobre proposta de doação de RCEs para compensação de emissões durante a Copa.**

Com o objetivo de avaliar quais seriam o papel e os procedimentos da CIMGC para a compensação das emissões da Copa do Mundo Fifa 2014 e de outros grandes eventos através de eventuais doações de “Reduções Certificadas de Emissão” (RCEs) de projetos brasileiros do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que seriam canceladas junto ao Comitê Executivo do MDL, a Sra. Karen Cope, do Ministério do Meio Ambiente, agradeceu a todos e explanou sobre o tema “Estratégia de compensação para o evento da Copa do Mundo a ser realizada no Brasil”. Para tanto, foi feita uma breve apresentação sobre a estrutura de governança montada pelo governo federal para garantir a funcionamento de todas as ações previstas para realização da Copa do Mundo da FIFA 2014. O núcleo “Mudança do Clima”, coordenado pelo MMA faz parte dessa estrutura e é responsável pela execução de um projeto de gestão de carbono para a Copa do Mundo que inclui todas as atividades de contabilidade de emissões do evento Copa, planos de mitigação, estratégias de compensação, relatório, verificação das ações realizadas e também os componentes de transferência de tecnologia e conhecimento, capacitação e conscientização com mobilização social. Após explanação sobre o projeto, a proposta de estratégia de compensação da emissão de gases de efeito durante a Copa foi trazida à Comissão para discussão, cujo desenho de implementação está sendo baseado na experiência adquirida durante a realização da Rio+20. A representante do núcleo “Mudança do Clima” propôs que a CIMGC regulamentasse e divulgasse uma resolução que possibilitasse a doação e cancelamento de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) do MDL para compensar emissões

atribuídas à Copa, como estratégia de compensação do governo brasileiro que serviria para todas as cidades sede e daria um controle na consolidação nacional dos dados. Segundo a Sra. Karen Cope, os estados-sede esperam uma definição e se colocaram à disposição para, se possível e na medida do interesse dos integrantes da CIMGC, discutir e apresentar suas demandas. Em seguida, o Sr. Gustavo Luedemann agradeceu a apresentação da Sra. Karen Cope e pediu para deixar registrado que, por parte da Secretaria Executiva da CIMGC, essa iniciativa é muito bem vinda e que é de grande importância considerando a exitosa experiência da Rio+20 de se utilizar RCEs do MDL para compensar emissões atribuídas ao evento. Acrescentou que o aval do EB para que se utilizem RCEs com o intuito de cancelamento voluntário poderá incrementar a demanda de RCEs valorizando-as no mercado. A Sra. Mônica Libório, representante titular do Ministério dos Transportes pediu explicações gerais de como foi o processo para a Rio+20 para que pudesse entender como se dará o processo nesse momento. O Sr. André Odenbreit explicou que as emissões foram um dos temas tratados pelo grupo executivo que organizou a Rio +20, de onde surgiram propostas de como se proceder com este aspecto do evento. Após as considerações do Sr. André Odenbreit, o Sr. Gustavo Luedemann sugeriu a criação do GT que poderia então discutir e definir as diretrizes para tratar do assunto. Assim, a princípio, o GT ficou composto pelos MCTI, MRE e MMA, podendo haver agregação de outros membros a qualquer momento. Enfim definiu-se que o MCTI iria verificar junto à CONJUR se e como a CIMGC poderia contribuir para o cancelamento de créditos, dado que o EB já definiu os procedimentos no âmbito internacional, visando à utilização desse instrumento durante a Copa de 2014.

#### **4. Definição de data para realização da 74ª Reunião Ordinária da CIMGC.**

Originalmente agendada para o dia 13 de junho de 2013, a 74ª Reunião Ordinária da CIMGC coincidirá com a finalização das reuniões dos Órgãos Subsidiários da Convenção (SBSTA e SBI) em Bonn, Alemanha. Foi, então, definida a data de 17 de junho de 2013.

#### **5. Discussão sobre reunião pública presencial.**

O Sr. Gustavo Luedemann reabriu a discussão entre os membros sobre o procedimento adotado no ano de 2012, em caráter excepcional, quando foi instituída a modalidade de reunião pública presencial e a necessidade ou não de formalização de tal procedimento por meio de resolução. A Comissão decidiu por esclarecer, em ata, o fim da situação de excepcionalidade que possibilitou aos proponentes a correção da falta de comprovação de envio de convites a comentário aos stakeholders, dentro do prazo previsto, conforme disposto na Resolução de número 7, através de convocação desses atores a uma reunião presencial, cuja ata precisa ser enviada à CIMGC. A publicidade que se dará a esse registro ficou para ser decidida na próxima reunião, após consulta à Conjur/MCTI.

#### **6. Atualização e renovação de membros (cargos vagos).**

A Secretaria Executiva informou aos membros que tomará as providências de solicitar, por meio de Aviso Ministerial, a recomposição de vagas de membros da CIMGC.

#### **7. Discussão sobre submissão de projetos em estágios iniciais que ainda não tem inventário da ANEEL.**

Decidiu-se que esse assunto seria tratado junto com a deliberação sobre o projeto 401/2012.

## **8. Revisão das Resoluções da CIMGC.**

A Secretaria Executiva informou aos membros que está providenciando a realização de processo seletivo para contratação, via PNUD, de consultor da área de Direito para elaboração de proposta de atualização das resoluções da CIMGC.

## **9. Proposta de desenvolvimento de linha de base padronizada no setor de gás de aterro.**

Convidada pelo Sr. Gustavo Luedemann, a Sra. Andréa Araújo para apresentar este item de pauta. Para melhor introduzir o assunto, foram apresentados os principais pontos apreendidos durante evento realizado pelo Conselho Executivo do MDL (EB), em outubro de 2012, para promover junto às ANDs da América Latina e do Caribe soluções que possuem potencial para alavancar a proposição de atividades de projetos MDL em países destas regiões e promover o desenvolvimento sustentável.

O primeiro ponto apresentado foi o das Linhas de Base Padronizadas (LBP) que devem ser desenvolvidas por um país ou grupos de países com o objetivo de facilitar o cálculo da redução ou remoção de emissões e/ou para determinação da adicionalidade que não são necessariamente específicas para um tipo de atividade de projeto em um setor, mas que podem ser aplicáveis à maioria das atividades de projetos possíveis em um setor. Deste modo, as linhas de base padronizadas buscam melhorar a transparência, a objetividade e a previsibilidade, bem como facilitar o acesso ao MDL, reduzir a complexidade da proposta de atividade, e intensificar o abatimento das emissões de GEE, garantindo a integridade ambiental. Ademais, são aplicáveis aos setores nos quais as atividades de projetos são implementadas por fontes estacionárias (florestamento e reflorestamento não estão incluídos), quais sejam: substituição de combustível e matéria-prima; substituição de tecnologia com ou sem mudança de fonte de energia (incluindo melhoria de eficiência energética); destruição de metano e prevenção contra a formação de metano. A linha de base padronizada desenvolvida deve ser submetida ao EB por uma AND.

A Sra. Andréa Araújo afirmou que, durante o treinamento, foram realizados exercícios para demonstração dos procedimentos necessários para o desenvolvimento de linhas de base padronizadas, sendo que um deles foi para a medida destruição de metano em aterros sanitários. O procedimento mostrou-se bastante simples e resultou em uma proposta que pode ser aplicada ao Brasil.

Outro importante ponto apresentado durante o evento refere-se ao conceito de demanda suprimida, que compreende situações de países anfitriões nas quais os níveis mínimos de serviços não são oferecidos. Nestes casos, as linhas de base deverão incluir um cenário que considere as emissões futuras de fontes projetadas para aumentar acima dos níveis correntes, devido às circunstâncias específicas do país anfitrião, e as metodologias MDL deverão considerar um nível mínimo do serviço ou uma taxa de emissão média. O nível de serviço mínimo deve ser determinado com base em estudos relevantes e pesquisas nacionais ou internacionais e em *benchmarks* que levem em consideração as emissões que irão aumentar para que os objetivos nacionais/internacionais sejam atingidos. Assim, a demanda suprimida deverá permitir aos países anfitriões que melhorem sua condição de vida por meio da implementação de atividades que, sem a adoção do conceito de demanda suprimida, não seriam adicionais. As metodologias serão desenvolvidas para identificar a linha de base da medida/tecnologia e a linha de base e o nível mínimo de serviço para calcular a linha de base de emissões. Importante ressaltar que não é necessário aplicar o conceito de demanda suprimida a todo o país, mas este pode referir-se a uma área, comunidade, ou local específico.

Ficou decidido que o MCTI encaminharia o material referente a esse assunto aos membros para que a CIMGC estivesse preparada para uma possível deliberação específica sobre linha de base padronizada ou demanda suprimida. Foi exposto que especificamente a linha de base padronizada para gás de aterro poderia ser formalizada com brevidade.

#### **10. Deliberações sobre os projetos em análise:**

- 408/2012 – Projeto de Gás de Aterro ESTRE Itaboraí – (**Of. 727/2012 de 12/11/2012, com resposta em 28/11/2012**). A comissão deliberou que o mesmo fosse **Aprovado**.
- 410/2012 – Projeto de Gás de Aterro ESTRE Aracaju – (**Of. 737/2012 de 12/11/2012, com resposta em 28/11/2012**). A comissão deliberou que o mesmo fosse **aprovado com ressalvas**, para atender às seguintes exigências:
  - A ata da reunião pública presencial com os atores envolvidos/interessados e/ou afetados pela atividade de projeto deverá ser anexada ao Relatório de Validação (versões inglês e em português);
  - Apresentar a planilha da análise financeira da atividade de projeto
- 401/2012 – Fornasa Geração de Energia e Pegoraro Energia: Eletricidade renovável conectada à rede através das PCHs Canta Galo, Estância e Pegoraro – (**Of. 713/2012 de 09/11/2012, com resposta em 17/12/2012**).

O Sr. Luis Fernando Badanhan, informou que o MME solicitou esclarecimentos acerca de duas questões com relação à PCH Canta Galo no tocante ao registro da PCH junto a ANEEL. Este primeiro ponto foi devidamente esclarecido pelo proponente segundo avaliação do MME. A outra questão levantada referia-se à necessidade de esclarecimento sobre o atual processo de registro da PCH Estância, tendo o Sr. Luis Fernando Badanhan acrescentado que, do ponto de vista dos procedimentos necessários à geração de energia, não havia qualquer empecilho para a aprovação do projeto. Ao passo que o Sr. Adriano Santhiago, representando o MMA, afirmou que a falta do licenciamento ambiental representa sim um impedimento. Após exposição de argumentos por parte dos representantes do MMA e do MME, decidiu-se que o MME e o MCTI verificariam a existência de casos anteriores que pudessem ser considerados como precedentes, pois o mesmo tratamento dado aos casos anteriores deveria ser dado a este projeto. Caso este levantamento não identifique caso semelhante, a decisão a ser tomada deverá valer para este caso e para os casos futuros, ficando o MMA responsável por minutar um texto que estabeleça os requisitos mínimos de licenciamento ambiental para que uma atividade de projeto de MDL possa ser submetida à CIMGC.

Após a discussão, a Comissão deliberou pela **revisão**, para atender às seguintes exigências:

- A cópia do pedido de transferência de titularidade da PCH Canta Galo, feito junto à Fundação de Meio Ambiente – FATMA, **não contém assinatura do responsável pelo pedido** e foi enviada à CIMGC apenas por meio

eletrônico (toda documentação enviada para a CIMGC deve ser por meio impresso e eletrônico) e protocolada no MCTI;

- Encaminhar, em meio impresso, cópia do Ofício nº 74/SURH-CCRH/2009, de 03 de junho de 2008 e cópia do Ofício nº 089/CUC/2009, de 03 de maio de 2009, as quais foram enviadas apenas por meio eletrônico;
- Solicita-se que o proponente do projeto apresente documento recente da Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) atestando que o processo de licenciamento da PCH Canta Galo ainda está sob análise.

- 419/2012 – Usina Eólica Lanchinha – **(Of. 754/2012 de 12/12/2012, com resposta em 17/12/2012)** A comissão deliberou que o mesmo fosse **Aprovado**.
- 425/2012 – O uso de carvão proveniente de plantações de biomassa renovável como agente redutor na usina de ferro gusa na ArcelorMittal Timóteo, Brasil. – **(Of. 761/2012 de 12/12/2012, com resposta em 20/12/2012)** ) a Comissão deliberou pela **revisão**, para atender às seguintes exigências:
- Corrigir as páginas 24 e 26 do DCP nas quais aparecem as expressões: “Erro! Indicador não definido” e “Error! Bookmark not defined”;
  - Conforme solicitado por meio do Ofício 761/2012 de 12/12/2012, enviar à CIMGC o Relatório de Validação (versões em inglês e português) contendo a correção da data da versão do DCP/PDD validado (versão 2.8 de 17/09/2012), conforme verificado na página 3 das versões em inglês e português. As modificações feitas no PDD/ DCP versão 2.8.1, de 18/09/2012 não serão aceitas, uma vez que a versão avaliada pela CIMGC foi a versão 2.8 de 17/09/2012. O Parecer de Validação (páginas 18 e 20 das versões em inglês e português, respectivamente) menciona versões diferentes do PDD/DCP validado e não faz referência à data das referidas versões validadas. O Relatório de Validação, versão em inglês, com as correções solicitadas deverá ser assinado pelo responsável pela validação.
  - apresentar documento que comprove a relação da Aperam Inox América do Sul S.A. com a Acelormittal Bioenergia Ltda. e a Acesita Energética Ltda;
  - apresentar licença ambiental do empreendimento que realiza a atividade de produção de carvão vegetal no município de Carbonita ou justificar a ausência da mesma;
  - apresentar documento que comprove a adequação do licenciamento ambiental dos empreendimentos detentores das licenças: LO nº 153/2010 e LO nº 28/2007, visto que ambas as licenças estão com prazo de validade expirado.
- 406/2012 – Projeto de Gás de Aterro do CTR Feira de Santana – **(Of. 720/2012 de 09/11/2012, com resposta em 25/01/2013)**. A comissão deliberou que o mesmo fosse **Aprovado**.

- 411/2012 – Projeto de Gás de Aterro ESTRE Iguaçu – **(Of. 738/2012 de 12/11/2012, com resposta em 25/01/2013)** A comissão deliberou que o mesmo fosse **Aprovado**.
- 412/2012 – Projeto de Gás de Aterro CTR Teresina – **(Of. 739/2012 de 12/11/2012, com resposta em 25/01/2013)** A comissão deliberou que o mesmo fosse **Aprovado**.
- 433/2012 – Hy Brazil Energia S/A conjunto de projeto de geração de energia renovável Grupo 2 e Grupo 3– **(Of. 769/2012 de 12/12/2012, com resposta em 01/02/2013)** A comissão deliberou que o mesmo fosse **Aprovado**.
- 361/2012 – São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes – **(Of. 716/2012 de 12/11/2012, com resposta em 06/02/2013)** a Comissão deliberou pela **revisão**, para atender à seguinte exigência:
  - Esclarecer qual a atividade principal da nova empresa (Resíduo Zero Ambiental) responsável por receber e incinerar os resíduos, uma vez que na Licença Ambiental apresentada a atividade licenciada é a de “Transporte de Resíduos Especiais e/ou Produtos Perigosos”.
- 372/2012 – Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP) – **(Of. 721/2012, com resposta em 06/02/2013)**, a comissão deliberou que o mesmo fosse **aprovado com ressalvas**, para atender às seguintes exigências:
  - O Relatório de Validação (português) refere-se à versão 3 do PDD, de 13/03/2012, enquanto que o documento em inglês refere-se à versão 3 do PDD, de 19/03/2012, solicita-se correção.
  - O Relatório de Validação (versões inglês e em português) ora apresentados apresentam diversas páginas com a frase “Erro! Fonte de referência não encontrada”. Solicita-se correção.
  - O Relatório de Validação (documento em inglês) não está assinado pelo responsável pela validação. Solicita-se providenciar a assinatura.
  - Apresentar cópia em meio eletrônico da Licença de Instalação 2392/2011, válida até 19/09/2013.

## **11. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC.**

- 436/2012 – Atividade de Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Angelina – **Recebido em 28/11/2012.**
- 437/2012 – Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente Redutor na Produção de Ferro-gusa do Complexo Siderúrgico da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda (VSB), Jeceaba/MG, Brasil – **Recebido em 29/11/2012.**
- 438/2013 – Bocaiúva Pequena Central Hidrelétrica – **Recebido em 22/01/2013.**

- 439/2013 – Projeto de Biomassa de Resíduo de Açaí em Belém Hidrelétrica – **Recebido em 04/02/2013.**

**Síntese da Análise dos projetos:**

<b>Nome do projeto</b>	<b>Status antes da reunião</b>	<b>Status após a reunião</b>
361 – São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes	Revisão	Revisão
372 – Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHP)	Revisão	Ressalvas
401 - Fornasa Geração de Energia e Pegoraro Energia: Eletricidade renovável conectada à rede através das PCHs Canta Galo, Estância e Pegoraro	Revisão	Revisão
406 - Projeto de Gás de Aterro do CTR Feira de Santana	Revisão	Aprovado
408 - Projeto de Gás de Aterro ESTRE Itaberaí	Revisão	Aprovado
410 - Projeto de Gás de Aterro ESTRE Aracaju	Revisão	Ressalvas
411 - Projeto de Gás de Aterro ESTRE Iguaçu	Revisão	Aprovado
412 - Projeto de Gás de Aterro CTR Teresina	Revisão	Aprovado
419 - Usina Eólica Lanchinha	Revisão	Aprovado
425 - O uso de carvão proveniente de plantações de biomassa renovável como agente redutor na usina de ferro gusa na ArcelorMittal Timóteo, Brasil.	Revisão	Revisão
433 - Hy Brazil Energia S/A conjunto de projeto de geração de energia renovável Grupo 2 e Grupo 3	Revisão	Aprovado
436/2012 – Atividade de Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Angelina	Recebido	Submetido
437/2012 – Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente Redutor na Produção de Ferro-gusa do Complexo Siderúrgico da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda (VSB), Jeceaba/MG, Brasil	Recebido	Submetido
438/2013 – Bocaiúva Pequena Central Hidrelétrica	Recebido	Submetido
439/2013 – Projeto de Biomassa de Resíduo de Açaí em Belém	Recebido	Submetido



## **12. Outros assuntos**

### **Comunicado sobre cancelamento de submissão da atividade de projeto: 400/2012 - Projeto de gás de aterro CPTR Puxinanã.**

A Secretaria Executiva da CIMGC informou que a atividade de projeto 400/2012 – CTPR Puxinanã, aprovado com ressalvas, em 08/11/2012, tendo recebido o ofício nº 735/2012/CIMGC em 09/11/2012, não cumpriu o prazo regulamentar de 60 dias para resposta, expirado em 09/01/2013. Quando comunicado sobre a necessidade de envio de resposta ao ofício enviado, o proponente informou não ter mais interesse em continuar o processo, portanto esta atividade de projeto teve sua submissão cancelada.

### **Informações sobre as atividades de projetos Osório 3 e Eólica de Força**

A Secretaria Executiva da CIMGC informou que as atividades de projetos 392/2012 - Osório 3 e 404/2012 - Eólica da Força, ambas aprovadas com ressalvas, ao atenderem às solicitações dos ofícios enviados, que não incluíam alterações no DCP/PDD e nem no RV/VR, encaminharam novas versões desses documentos. As novas versões foram encaminhadas por iniciativa do próprio proponente, que pretendia se antecipar a questionamentos que porventura poderiam ser feitos pela UNFCCC. Após terem sido informados da necessidade de definição de qual versão deveria ser considerada, tendo em vista que, se a decisão fosse consideração da nova versão, isso implicaria em necessidade de nova análise pelos membros da CIMGC, os proponentes solicitaram a manutenção das versões anteriores do DCP/PDD e do RV/VR.

Após análise de todos os projetos da pauta, foi solicitado pelos membros da CIMGC que a partir dessa reunião houvesse inversão de pauta, sendo os projetos em análise discutidos logo no início da reunião e outros assuntos que porventura sejam incluídos em pauta, discutidos ao final das análises, assim o Sr. Gustavo Luedemann perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita e não havendo outras manifestações, a 72ª Reunião ordinária foi declarada encerrada às 19h35.